ENTRELUGAR

AS ESTRATÉGIAS DE TERRITORIALIZAÇÃO DA LDC NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM RIO BRILHANTE (MS): ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO DAS RESISTÊNCIAS PARADIGMÁTICAS DE LUTA DO MST

THE LDC TERRITORIALIZATION STRATEGIES IN AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS IN RIO BRILHANTE (MS): ELEMENTS FOR UNDERSTANDING THE MST FIGHTING PARADIGMATIC RESISTANCE

LAS ESTRATEGIAS DE TERRITORIALIZACIÓN DA LDC EN LOS ASSENTAMIENTOS DE REFORMA AGRARIA EN RIO BRILHANTE (MS): ELEMENTOS PARA LA COMPRENSIÓN DE LAS RESISTENCIAS PARADIGMÁTICAS DE LUCHA DEL MST

Lara Dalperio Buscioli

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Presidente Prudente - SP.

lara.dalperio@gmail.com

RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) criado na década de 1980 é um importante movimento de luta contra o avanço do capitalismo no campo brasileiro e, no caso do estado do Mato Grosso do Sul, se coloca como elemento definidor de resistência seja no âmbito material como imaterial-paradigmático. Especificamente em Rio Brilhante a luta do MST é contra o avanço da estrangeirização de terras em seus territórios por meio do grupo francês Louis Dreyfus Commodities que produz cana-de-açúcar em seus entornos. Diante disso, o presente estudo busca analisar como ocorreu o processo de resistência paradigmática para a não territorialização deste grupo nos assentamentos, bem como as estratégias utilizadas com a pretensão de territorializar-se. Esta pretensão baseou-se na cooptação de parte dos assentados que não eram lideranças, apresentando valores dos arrendamentos/produtividade/lucratividade e oferta de emprego. No âmbito imaterial, o MST contrapunha tais ideias com reuniões mostrando fatos do capitalismo em seus territórios. Ou seja, por meio da resistência paradigmática no campo das ideias que eles conseguiram materializar a conquista desta luta.

Palavras-chave: Paradigmas; Resistências; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Louis Dreyfus Commodities; Rio Brilhante.

ABSTRACT
The Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) created in the 1980s is an important movement to fight against the advance of capitalism in the Brazilian field and, in the case of the state of Mato Grosso do Sul, it stands as a defining element of resistance both in the material as immaterial-paradigmatic. Specifically, in Rio Brilhante, the struggle of the MST is against the advance of the foreignization of lands in its territories by means of the French group Louis Dreyfus Commodities that produces sugar cane in its surroundings. Given this, the present study seeks to analyze how the process of paradigmatic resistance to the non-territorialization of this group occurred in the settlements, as well as the strategies used with the intention of territorializing. This claim was based on the co-option of part of the settlers who were not leaders, presenting values of leases/productivity/profitability and job offer. In the immaterial sphere, the MST contrasted these ideas with meetings showing facts of capitalism in its territories. In other words, through paradigmatic resistance in the field of ideas, they managed to materialize the conquest of this struggle.

Keywords: Paradigms; Resistances; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Louis Dreyfus Commodities; Rio Brilhante.

RESUMEN
El Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) creado en la década de 1980 es un movimiento importante para luchar contra el avance del capitalismo en el campo brasileño y, en el caso del estado de Mato Grosso do Sul, se erige como un elemento definitorio de resistencia tanto en el material como inmaterial-paradigmático. Específicamente en Rio Brilhante, la lucha del MST es contra el avance del acaparamiento de tierra en sus territorios por medio del grupo francés Louis Dreyfus Commodities que produce caña de azúcar en sus alrededores. En vista de esto, el presente estudio busca analizar cómo ocurrió el proceso de resistencia paradigmática para la no territorialización de este grupo en los asentamientos, así como las estrategias utilizadas con la intención de territorializarse. Esta intención se basó en la cooptación de parte de los colonos que no eran líderes, presentando valores de arrendamientos/productividad/rentabilidad y oferta de trabajo. En la esfera inmaterial, el MST comparó estas ideas con reuniones que muestran hechos del capitalismo en sus territorios. En otras palabras, a través de la resistencia paradigmática en el campo de las ideas, lograron materializar la conquista de esta lucha.

Palavras Clave: Paradigmas; Resistencias; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Louis Dreyfus Commodities; Rio Brilhante.

INTRODUÇÃO

No estado do Mato Grosso do Sul (MS), os conflitos fundiários estão relacionados na origem da propriedade privada da terra no Brasil e posteriormente na intensificação da concentração fundiária que só tenderam a problematizar ainda mais essa situação. Num contexto histórico e atual estão vinculados principalmente com as ações de retomadas indígenas e ações camponesas no território.

Desta forma, os principais conflitos fundiários no estado ocorrem de modo expressivo no Centro-Sul área que historicamente pertence aos Guarani e Kaiowá que tem sua intensificação nas ocupações por meio de retomadas a partir da década de 1980, criando vários acampamentos. Ou mesmo, pelas lutas iniciais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nas décadas de 1980 e 1990 originando e fortificando o Movimento. Estas lutas têm ligações com a questão da terra e com avanço do agronegócio em todo o território sul-mato-grossense, que por meio da compra e arrendamento de terras, produzem commodities tais como a soja e a cana-de-açúcar.

Com o avanço do capitalismo, ocorreram grandes modificações a nível material e imaterial, principalmente com a inserção do capital estrangeiro nos territórios. Parte dos sujeitos encontrados no campo modificam seus modos de vida para a incorporação de relações capitalistas ou mesmo para o enfrentamento direto a esse modelo de desenvolvimento que por mais que seja considerado hegemônico não é único, fatos que estão relacionados diretamente aos paradigmas analíticos para o campo.

Corroborando com isso, identifica-se o avanço das empresas e grupos estrangeiros na compra e/ou arrendamento de terras no Brasil, bem como no estado do Mato Grosso do Sul, para a produção de commodities sendo as principais: soja, cana-de-açúcar e pecuária. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2010 apud Fernandes, 2011) nos primeiros seis meses de 2010, o Mato Grosso do Sul foi o quarto no ranking nacional de aquisições de terras por estrangeiros.

A este processo denominamos estrangeirização de terras, intensificado com a crise alimentar de 2007/2008 gerando e ampliando os conflitos territoriais em várias porções do globo, pois ele está ligado ao processo de grilagem de terras. O discurso predominante nesta questão é o de desenvolvimento sustentável com o intuito de acabar com os problemas mundiais relacionados à alimentação e criando recursos para as populações futuras.

A estrangeirização de terras não é um fenômeno novo na história do Brasil. Começa com a colonização e tem na Guerra do Contestado um marco da luta camponesa, que vem se intensificando, acarretando na desterritorialização de vários povos. E consequentemente na intensificação da luta dos movimentos sociais, denominadas neste trabalho como movimentos socioterritoriais, pois tem o território material como principal objetivo de conquista e vivência (PEDON, 2009), assim eles lutam e resistem há décadas contra esse processo e contra algumas políticas do Estado que só visam beneficiar os setores do agronegócio, promovendo o processo de estrangeirização, como é o caso do objeto de estudo neste artigo.

Este trabalho procura apresentar como ocorreu o processo de resistência paradigmática do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos assentamentos PA Margarida Alves, PA Silvio Rodrigues e PA São Judas em Rio Brilhante (MS) contra a territorialização do grupo francês Louis Dreyfus Commodities nestes territórios camponeses.

Para suprir as demandas objetivadas de estudo para o artigo, realizamos dois procedimentos metodológicos: 1) Levantamento bibliográfico dos principais temas que envolvem a Geografia Agrária; 2) Aplicação de entrevistas de caráter formal semi-estruturadas, ou seja, por mais que tivéssemos um roteiro de perguntas a serem executadas, podemos de acordo com a fala do depoente, adicionar indagações, conforme estudos de Colognese e Mélo (1998) - sendo realizadas com pesquisadores da estrangeirização de terras na América Latina Gonzalo Colque e Luis Llambi, bem como

com camponeses e militantes do MST dos quais tiveram seus nomes preservados devido ao caráter conflituoso da luta pela terra.

Na primeira parte do artigo, abordamos uma breve discussão sobre o debate paradigmático que envolve a análise do campo brasileiro: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) que tem como elemento fundamental a diferenciação do campesinato no interior do desenvolvimento do capitalismo, na qual o elemento da estrangeirização se coloca como fundamental na atual conjuntura de como estudamos as mudanças estruturais no meio rural.

Em consonância, a segunda parte do artigo apresenta como ocorreu o processo de resistência a nível paradigmático do MST em Rio Brilhante no estado do Mato Grosso do Sul contra a territorialização do grupo francês Louis Dreyfus Commodities com a cana-de-açúcar em seus territórios, visto que, tiveram que realizar um processo de desconstrução dos ideais que o grupo apresentava para fundamentar sua luta pela terra e pela permanência do campesinato nela.

Cabe ressaltar que parte deste artigo são realizações desenvolvidas na dissertação de mestrado intitulada "Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu", sob orientação de Bernardo Mançano Fernandes e fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – Processo 2014/ 03633-7), com agregações de análises que qualificarão e darão seguimento basilar às futuras pesquisas sobre a questão agrária em Mato Grosso do Sul.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE O DEBATE PARADIGMÁTICO E A ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NO CONTEXTO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA

Partimos da ideia de que os paradigmas são um conjunto de teorias – visões de mundo - que permitem compreender as conflitualidades no campo, por meio da luta

dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Ou seja, os paradigmas nos ajudam a compreender as lutas/resistências e permanências dos sujeitos do campo (camponeses/indígenas), o jogo de interesse político-ideológico nas propostas de desenvolvimento rural brasileiro, principalmente do Estado - implementações de políticas públicas, para a territorialização de algumas commodities que estão nos altos interesses globais do agronegócio como a soja e a cana-de-açúcar.

Relativo à questão dos paradigmas, tem-se como referências os autores Kuhn (2007) e Fleck (2010), que embasaram as análises sobre este conceito, relacionando com o desenvolvimento da ciência, não havendo assim, uma neutralidade científica. Suas limitações nos ajudam a pensar este tema dentro da Geografia. Santos (2014) argumenta que é a partir desses autores que os debates dos paradigmas devem ser realizados na Geografia, em que a conflitualidade paradigmática está relacionada com uma visão dialética, ocorrendo uma necessidade de repensar os paradigmas em nossa ciência.

Kuhn (2007) em "A estrutura das Revoluções Científicas" compreende que os paradigmas são conhecimentos sustentados por vários elementos em conjunto (leis, metodologias, teorias), que devem ter compartilhamento e aceitação da comunidade científica para vingar, ou seja, não necessariamente precisa ter uma validade, mas uma aceitação. O autor apresenta a ciência normal e a ciência extraordinária, na qual são fases para o desenvolvimento científico que ocorrem apenas por rupturas – revoluções científicas – não havendo uma historicidade e ligação entre os paradigmas mesmo em momentos de crises. Apenas gera-se outro paradigma diferente daqueles anteriormente construídos, sem a possibilidade de ocorrer o debate/existência de dois paradigmas no mesmo período histórico.

Fleck (2010) nos ajuda a compreender a partir da historicidade o desenvolvimento da ciência, que ocorre pelo coletivo de pensamento que compartilha um estilo de pensamento. Ao estudar a sífilis, o autor compreendeu que a análise do conceito é resultante de um trabalho elaborado coletivamente ao longo dos anos por meio de um objetivo/pensamento em comum, tendo um método e uma linguagem específica da

ciência. Assim, o conhecimento é evolutivo e não por rupturas, ou seja, um estilo de pensamento não rompe totalmente com um novo, mas carrega consigo os elementos passados e novos deste, podendo desta forma haver outros estilos de pensamento num mesmo momento histórico.

Deste modo, tanto os paradigmas – estilos de pensamentos e a comunidade científica – coletivo de pensamento apresentados, nos ajudam a compreender e repensar o conceito de paradigma dentro da Geografia. Pois, refletem diferentes visões, teorias e metodologias para a explicação de um mesmo objeto, que no caso deste trabalho é o avanço do capitalismo na agricultura brasileira relacionado com o campesinato que é visto de modo distinto pelos paradigmas que envolvem de modo específico a Geografia Agrária: Capitalismo Agrário e Questão Agrária.

Dentro da Geografia Agrária, tem-se a visão do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), que compreende a metamorfose do campesinato em agricultor familiar e este já integrado ao sistema produtivo vira um mero produtor de mercadorias. Assim, fica evidente que para este paradigma, o sistema capitalista pode resolver os seus problemas criados, em que sua superação só pode ser realizada por meio dele (FELICIO, 2011; CAMPOS, 2012). E nesta questão conjuntural não resta para o campesinato outra forma senão integrar-se ao capital, incorporando novas tecnologias de produção e se inserindo de forma subordinada a lógica do mercado capitalista (SANTOS, 2014).

O PCA não coloca como foco das análises a luta pela terra como uma superação, mas focaliza o Estado através de políticas públicas, das novas ruralidades e na pluriatividade. Em que, o agricultor familiar como parte integrante desse processo está sujeito a essa lógica, totalizante e hegemônica (CAMPOS, 2012).

Esta forma totalizante e hegemônica é colocada como única forma de desenvolvimento e têm seus impactos diretamente na vida dos movimentos socioterritoriais que fazem frente a isso lutando pelos seus espaços e territórios, bem como pela permanência destes de modo não subalternizado.

Sintetizando a partir das palavras de Camacho (2014, p. 117), o PCA defende "à adaptação/integração que auxilie no processo de produção/reprodução/acumulação de capital numa perspectiva de estilos diferentes de produção e de complementaridade entre o grande produtor rural e o agricultor familiar", ou seja, não há uma intenção de mudar as estruturas vigentes de produção, circulação e comercialização na relação capital e agricultor familiar, mas uma integração completa/subordinada, sem luta e resistência.

Diferentemente, o Paradigma da Questão Agrária (PQA) tem ponto principal explicar as disputas territoriais e as conflitualidades que defendem os modelos de desenvolvimento que dão autonomia para o campesinato, nas lutas de classes (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014). Compreendemos que é somente através da luta que esses sujeitos conseguirão sua autonomia, desde o processo produtivo, a comercialização e circulação, pois, o capital não é visto como única alternativa para o desenvolvimento do campesinato.

Assim, eles se recriam no interior do desenvolvimento capitalista, a partir das suas contradições, buscando a sua superação:

> Nesta perspectiva, temos de um lado, no Paradigma da Questão Agrária a crítica ao modelo vigente, principalmente, **aos impactos socioterritoriais causados pela expansão do agronegócio**, e a perspectiva de superação deste modelo apontando para a possibilidade e a **necessidade de construção de outro modelo por meio da luta/disputa/conflitos territoriais entre classes e grupos sociais** (CAMACHO, 2014, p. 117 – Grifo nosso).

A partir do exposto, compreendemos que o processo de estrangeirização de terras exposto pela expansão capitalista está estritamente ligado com o debate paradigmático. Cabe ressaltar que, não temos a intenção de criar dualidades entre ambos os paradigmas, como também, com as diferentes visões sobre a estrangeirização. O que nos propomos é mostrar que essas diferentes visões refletem em diferentes trabalhos acadêmicos e discussões que só tendem a contribuir com o estudo deste tema, visto que na análise da realidade ele é presente e marcante.

Um estudo realizado pela High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (HLPE) em 2011, aponta uma tendência para as considerações dos estudos da estrangeirização: “It gives rise to heated political debate and controversies, in the shadow of an ideological divide, whereby "land grabbing" is seen as "bad", and whereby international investments in agriculture are necessary and good “(HLPE, 2011, p. 6).

Cotula (2013) confirma isso, argumentando que alguns estudiosos apresentam este processo como novas oportunidades para os países de baixa renda e outros tendem suas análises para uma maior preocupação em relação aos impactos negativos em nível social e econômico como a perca dos recursos naturais (terra e água) e consequentemente, desníveis na segurança alimentar. Outros temas que trazem controvérsias dentro dessa análise, como a relação dos agrocombustíveis no que tange ao aumento do preço dos alimentos e dos impactos ambientais que ele causa.

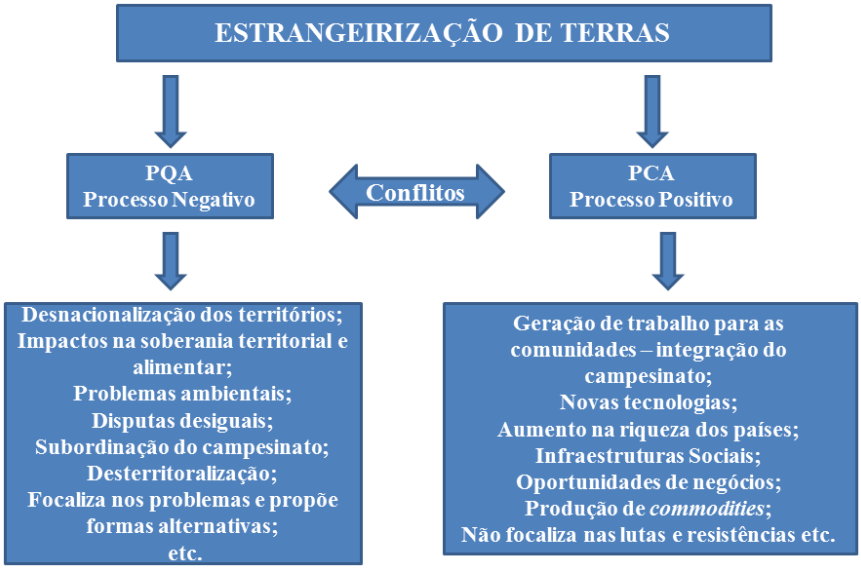
Borras Jr e Franco (2010) também consideram que há diferentes visões da estrangeirização, principalmente relacionada à produção de biocombustíveis e que seria tentador pensarmos num consenso de opinião sobre este processo, pois nem todas as análises tendem a ter a mesma visão sobre os problemas causados, nem como lidar com eles ou a forma estratégica a ser usada pelos diferentes sujeitos:

> **Distintos grupos ven estas operaciones bajo ópticas diferentes**, que van desde la oposición más categórica a la mejor de las bienvenidas, con numerosos matices entre ambos extremos [...] **Las diferencias no son triviales.** Éstas están en parte relacionadas con **puntos de vista rivales** que dependen de la clase social y/o con puntos de vista políticos que tienen implicaciones estratégicas para la labor de incidencia y acción política, así como para el trabajo con alianzas o plataformas (BORRAS JR; FRANCO, 2010, p. 6 – grifo nosso).

Essas diferentes visões corroboram com as disputas paradigmáticas na estrangeirização de terras, vinculados aos tipos de pensamentos/teorias/entendimentos deste processo, como podemos observar no organograma 1.

O organograma 1 expressa a síntese das compreensões dos diferentes autores sobre o processo de estrangeirização de terras, aliado o debate paradigmático[1] dentro da geografia agrária, construído a partir de nossas pesquisas, debates teóricos e aplicações de nossas metodologias,

Organograma 1: Estrangeirização de terras e paradigmas



Fonte: BUSCIOLI, 2016

A partir do organograma 1, consideramos que os autores do PCA[2] demonstram apoio a estrangeirização de terras como novas oportunidades, com o discurso da integração das comunidades a este sistema na forma do trabalho, o discurso do desenvolvimento sustentável e da produção de alimentos etc., em que os impactos negativos fazem parte deste processo, mas o desenvolvimento do país é o elemento central a ser focado não considerando importante em suas análises as resistências dos sujeitos contrários.

[1] Para aprofundamento da construção dos paradigmas ler : Abramovay (1992); Chayanov (1971); Dartot (2015; 2016); Fernandes (2005; 2014; 2019); Friedman (2014); Hayek (2010); Kaustky (1986); Lamarche (1998); Lênin (1998); Martins (1981; 2000); Oliveira (1991); Pereira (2017; 2019) e Schumpeter (1997).

[2] Os apoiadores sobre a estrangeirização na visão do PQA são empresas transnacionais, organismos multilaterais: a Organização Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, bem como autores Von Braun; Meinzen-Dick e Deininger.

Já as visões contrárias a estes aspectos mostram o acirramento dos conflitos por parte do processo de estrangerização de terras, a luta pela sua superação e necessidade de se pensar um novo modelo de desenvolvimento territorial, os impactos negativos que em suas visões superam os positivos, a desnacionalização dos territórios – incluindo a perca de autonomia, os perigos relacionados à produção de commodities aos aspectos produtivos e de saúde entre outros aspectos, identificamos como autores do PQA[3], como observados no organograma 1.

Essas visões são importantes para compreendermos a complexidade do estudo sobre este processo e reflete na deficiência que temos, principalmente na América Latina, em conceituar/definir em nível do conhecimento científico a estrangeirização de terras. Assim, concordamos com a visão do pesquisador Luis Llambi:

> El tema surge en la literatura inglesa land grabbing, entonces el tema llega a America latina y entonces al me ver se interpreta como algo totalmente reciente y yo creo que cabe land grabbing durante tanto tiempo en la historia. **Entonces no tenemos una conceptualización, ni una teoría latinoamericana para explicar bien la cuestión de land grabbing** (…) no tenemos una teoría, pero si hay todas las investigaciones que se han hecho sobre transformaciones rurales, agrarias en la america latina en el pasado y que se tan haciendo ahorita (Llambi em entrevista, 2015).

Também compreendemos que este processo não é novo, sendo que a suas mudanças estão relacionadas aos os interesses dos diferentes sujeitos e as formas de apropriação ao longo dos anos, sempre ocorrendo formas de resistências por diferentes sujeitos. Arezki, Deininger e Selod (2012, p. 47) afirmam que: "Las grandes adquisiciones transnacionales de tierras se remontan por lo menos a varios siglos, a la época de las conquistas y la expansión colonial".

Llambi, também parte destes princípios ao afirmar que: "En mi punto de vista no es un fenómeno totalmente nuevo, hay aspectos nuevos que están vinculados a la cris

[3] Os contrários ao processo de estrangeirização baseado no PCA são movimentos socioterritoriais/socioespaciais como o MST, a Via Campesina Internacional e organizações não-governamentais, bem como os autores Fernandes, Campos, Felicio e McMichae etc.

mundial de commodities de los precios de los productos, por ejempló, petróleo, gasolina etc. (…).” (Llambi em entrevista, 2015).

Desde modo, devemos compreender sob uma visão histórica o processo de estrangeirização de terras, bem como entendermos que existem vários termos utilizados para se tratar do conceito de acordo com os idiomas: estrangeirização de terras (em português), acaparamiento de tierras (em espanhol), land grabbing (em inglês) e usurpação de terras (utilizado por organizações e movimentos camponeses em Moçambique, como a União Nacional de Camponeses).

A estrangeirização de terras faz “parte del capital transnacional, que no es una persona, no tiene una cara, un nombre y apellido y si no son empresas transnacionales que llegan el país y llegan al tomar control sobre las tierras más productivas” (Colque em entrevista, 2015).

HLPE (2011), afirma que a gama de interesses que está por trás da estrangeirização de terras para as empresas multinacionais estão vinculadas aos agrocombustíveis e indústrias extrativas. Em que, os governos estrangeiros tem o discurso da segurança alimentar e os investidores em geral e as instituições estrangeiras tem o objetivo de ampliar seus ativos.

Sassen (2013) considera que a estrangeirização traz mudanças profundas (ou seja, consequências), pois a relação de poder desigual entre os diversos sujeitos da estrangeirização de terras com o Estado, contribuem para essa desnacionalização do território nacional principalmente com o aumento das aquisições pós 2006, permitindo um novo tipo de geopolítica global: “it is their scale and the unequal power of the actors involved that can be interpreted as an accelerated denationalization of national territory” (SASSEN, 2013, p. 28).

Neste sentido, a estrangeirização de terras desmantela o aparelho do Estado, uma vez que, os interesses nas questões que envolvem a governança da terra são interessados/endereçados para o capital privado (interesses privados – estrangeiros), logo este processo é multifacetado (McMICHAEL, 2013).

A esta discussão podemos citar alguns fatores que contribuem para a estrangeirização de terras, como: Insegurança alimentar, pois os países que importam mais do exportam os alimentos necessitam garantir sua "segurança alimentar"; As terras agrícolas disponíveis que podem ter grande lucratividade na produção ou apenas como reserva de valor; A abertura/incentivo dos países para promover esse processo, que são realizadas por meio de leis, incentivos fiscais e projetos de cooperação; As produções de matérias primas a nível industrial-agrícola; A demanda do mercado de carbono com a presença das multinacionais que compram grandes extensões de florestas para reverterem em créditos de carbono etc.;

Deininger (2011) partindo de uma análise diferenciada do PQA, também utiliza alguns indicadores para compreendermos os interesses dos países em adquirir terras em outros países. Eles procuram os países que tem maior abundância de terras não cultiváveis com pouca densidade populacional, a abertura dos países por meio de investimentos diretos aos grupos estrangeiros, as questões da infraestrutura dos países que podem atrair ou não os projetos estrangeiros, sendo importantes e benéficos para os países.

Neste sentido, para o autor os investimentos estrangeiros nos países podem trazer benefícios positivos principalmente para as questões relacionadas a infraestruturas sociais, a questão de emprego, o aumento da receita fiscal nacional e local, o acesso a novas tecnologias aos produtores locais etc.:

Deininger (2011) aponta que apesar dos desafios há muitas oportunidades de negócios vantajosas que envolvem a estrangeirização de terras, onde os governos devem esclarecer as informações, conciliar o social e o ambiental nas aquisições, com políticas boas para reverter em bons investimentos, com competição igual entre os investidores e os produtores locais:

> For example, entrepreneurial and skilled people could gain from jobs created by an investment, while vulnerable groups or women lost access to livelihood resources without being compensated. This illustrates the importance of clearly addressing distributional issues upfront. Moreover, countries—who are ultimately responsible to ensure that resources at their disposal are used in a way that provides broad-based

> benefits—have a clear framework in place with which to decide whether, in their specific situation, large scale land acquisition the potential to contribute to broader development objectives (DEININGER, 2011, p. 226).

Mas, compreendemos que este processo gera impactos negativos intensos principalmente na desterritorialização das comunidades locais, perdendo seu território e todas as relações sociais contidas e produzidas nele, além de uma dependência as demandas empregatícias do mercado local que estão sujeitas as demandas globais, com contratos de trabalhos temporários, ou seja, a uma sujeição da força de trabalho desses sujeitos ao capital não permitindo a sua reprodução entre outros fatores. Bem como a insegurança alimentar provocada nesses países, pois com o aumento da produção de commodities nós temos o aumento do consumo, que já é realizado de forma exorbitante, de insumos/venenos/agrotóxicos nas plantações prejudicando também a produção de alimentos dos camponeses e indígenas, abrangendo os impactos desse processo para o meio ambiente – uso excessivo de insumos/venenos.

Nas áreas de muitos países que poderiam ser utilizadas para o cultivo de alimentos pelos camponeses ou outros sujeitos do campo, foram sendo territorializadas as monoculturas ou em áreas onde já haviam as produções foram sendo substituídas por essas culturas voltadas para a exportação. Como exemplo, são as áreas onde estão localizados os assentamentos e as usinas de cana-de-açúcar, que produzem dentro do assentamento por meio dos arrendamentos. Ou seja, em territórios camponeses que poderiam produzir alimentos saudáveis estão sendo inseridos nessa lógica de produção, em que o camponês fica cada vez mais subordinado a essa lógica. Refutando assim a ideia apresentada por Deininger (2011), da possibilidade de competição igual entre os investidores e os produtores locais, principalmente no caso brasileiro temos o exemplo de que os investimentos destinados à agricultura brasileira e ao agronegócio são desiguais.

Segundo HLPE (2011), o aumento dos processos de aquisições de terra no mundo tornou-se a necessidade da reforma agrária mais latente, principalmente nos países que possuem um alto grau dificuldade no acesso, controle e propriedade da terra. Visto

que, os desapropriados/desterritorializados não sabem ao certo seus direitos diante dessa situação, principalmente por não possuírem o título de posse.

Assim, a estrangeirização de terras tem levado uma maior resistência, onde áreas que anteriormente seriam para reforma agrária agora são alvos para os grandes projetos estrangeiros ou mesmo de territórios de reforma agrária em interesse e influência das empresas estrangeiras que criam e acirram conflitos oriundos deste processo: "Additional dispossession and displacement caused by large-scale land investments will worsen already problematic land distribution conditions in many countries, and are likely to provoke further conflict and violence" (HLPE, 2011, p. 17-18).

Como análise deste processo, nas páginas que se seguem abordaremos como ocorreu o processo de resistência material e paradigmática do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra frente ao interesse do grupo francês Louis Dreyfus Commodities em arrendar seus territórios no município de Rio Brilhante no estado do Mato Grosso do Sul, desmistificando as estratégias utilizadas pelo grupo.

AS DISPUTAS PARADIGMÁTICAS NO CONTEXTO DE RESISTÊNCIA DO MST FRENTE A PROPOSTA DE TERRITORIALIZAÇÃO DA LDC NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM RIO BRILHANTE (MS)

A história do MST no estado do Mato Grosso do Sul remete-se a década de 1980, juntamente com o apoio da Comissão Pastoral da Terra para dar surgimento e fortificação do Movimento na luta pela terra e reforma agrária no Brasil, buscando por meio da desterritorialização do agronegócio nacional e estrangeiro sua (re)territorializar-com a criação do território camponês que é o assentamento rural.

Para este artigo abordaremos a trajetória de lutas no município de Rio Brilhante (MS) como resultado material do território camponês com o PA Margarida Alves, o PA Silvio Rodrigues e o PA São Judas, diante da conflitualidade que envolve o processo de estrangeirização de terras realizado por meio da territorialização da LDC no

município, da qual buscou inserir-se enquanto elemento produtivo de cana-de-açúcar nestes territórios.

A LDC rerritorializou-se no município pelo incentivo da produção do álcool no Brasil nos governos petistas, das quais permitiu o avanço do agronegócio da cana-de-açúcar em várias regiões, principalmente em MS. Assim a LDC adquiriu as unidades pertencentes ao grupo brasileiro Tavares de Melo em Rio Brilhante e Maracajú, internacionalizando o capital neste município que passou a ser conhecido como a Capital da cana conforme veremos nas páginas que se seguem.

Segundo o Jornal Gerente da Cidade (2008), a unidade de Rio Brilhante da LDC foi instalada por meio de *Possik* dono da fazenda Ramalhete, que por mais de um século esteve à frente da pecuária, que passou a ter a cana-de-açúcar como possibilidade para deixar a fazenda mais produtiva, criando assim, uma aliança estratégica com o pecuarista Martins (donos das fazendas Celeiro, Primavera e Vacaria) para realizar esta nova produção. Inicialmente passaram a negociar com os então donos da Usina Passa Tempo, mas as negociações não se concretizaram.

Diante disso, os dois fazendeiros procuraram o diretor da Coinbra (agora atualmente a LDC) iniciando as ligações para a instalação de uma usina com o apoio do Prefeito de Rio Brilhante Donato em 2006, para dar início ao Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental: "Veio à audiência pública em setembro e, por fim, em outubro de 2006, saiu o alvará de construção da nova Usina LDC-Unidade Rio Brilhante, tendo como âncoras do projeto as fazendas Celeiro e Ramalhete" (JORNAL GERENTE DA CIDADE, 2008, p. 47).

Para contribuir com a consolidação da cana-de-açúcar, a LDC anuncia a compra da usina Passa Tempo permitindo uma maior articulação para a instalação e maior produtividade da nova usina em construção a unidade Rio Brilhante que iniciou suas atividades no ano de 2008. Vale ressaltar, que em 2009 a LDC torna-se vice-líder no mercado na produção de cana-de-açúcar com a fusão da Central Energética Santa Elisa,

formando a LDC-SEV que passou a gerir as usinas Passa Tempo (figura 1) e Rio Brilhante (figura 2).

A figura 1 apresenta a unidade Passa Tempo que, segundo da Bio-serv (2015), tem como números totais de processamento de cana-de-açúcar a capacidade de 3,3 milhões de toneladas de produção de etanol (66% - álcool anidro e hidratado) e de açúcar (49,7% - cristal), bem como do bagaço, a partir da produção energética que corresponde a 78 mw.

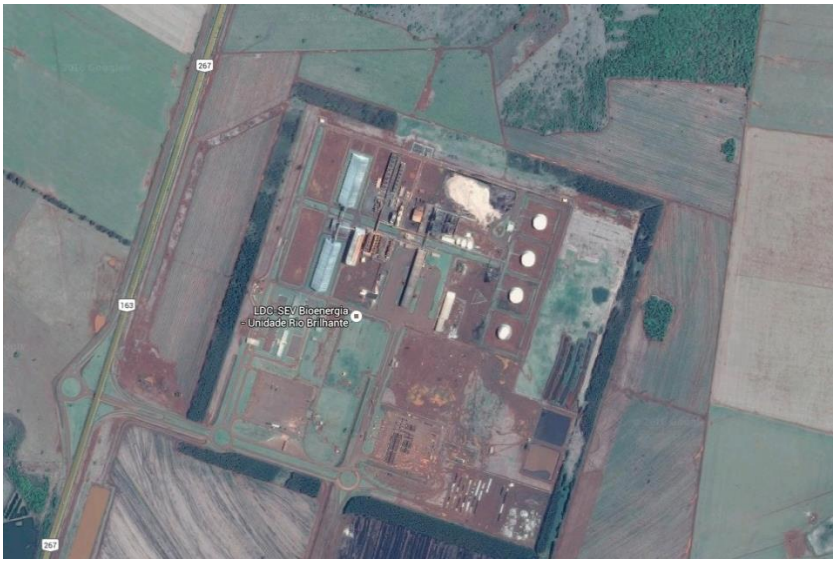
Figura 1: Foto aérea da unidade Passa Tempo em Rio Brilhante



Fonte: Google Imagens, 2015.

Em relação a unidade Rio Brilhante, expressa na figura 2, seu processamento de cana é bem superior a unidade anterior, correspondendo a tem 5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com a produção de etanol (46,8%) e açúcar (66,1%), com capacidade energética de 80 mw por meio do bagaço (BIO-SERV – LDC, 2015).

Figura 2: Foto aérea da unidade Rio Brilhante pertencente à LDC



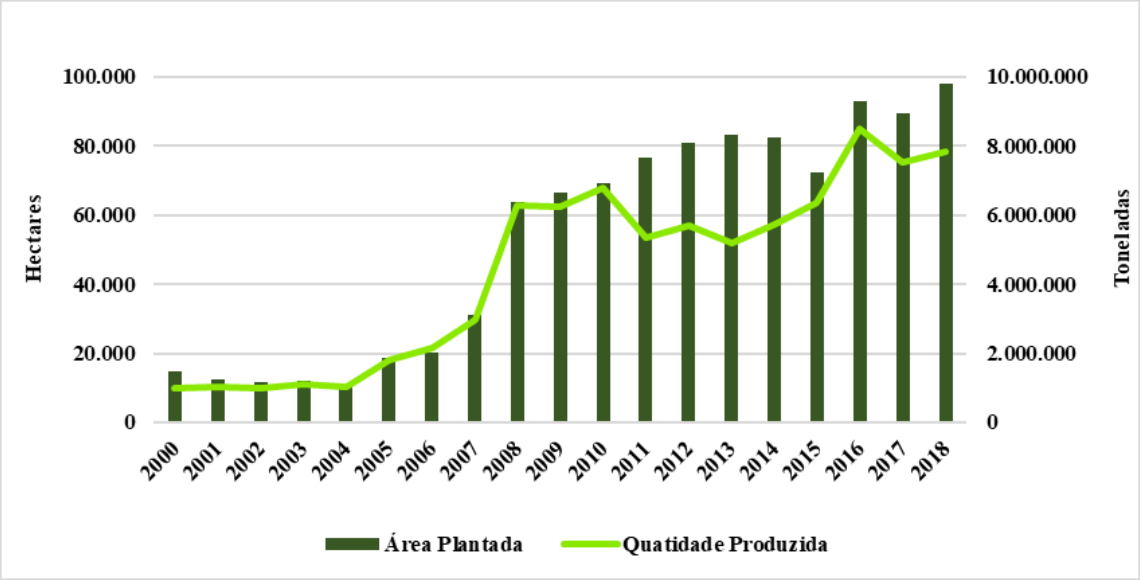
Fonte: Google Imagens, 2015.

Um dos motivos que levaram a territorialização da empresa estrangeira, além Proalcool, foram os incentivos fiscais oferecidos pelos governos e a baixa concorrência por terras. Neste sentido, o que em 2007 era considerado a fase agrícola com colheita manual, ocorre uma mudança permitindo uma fase industrial, com a ampliação da capacidade produtiva das lavouras e trabalho mecanizado por meio de maquinários modernos (DOMINGUES, 2010).

Assim, com uma maior quantidade de terra disponível para produção, com custo baixo para arrendamentos ou aquisições/compra, fácil escoamento da produção para os mercados internos e externos e maior rentabilidade, a LDC adentrou no município (CENTENARO, 2011), influenciando sua dinâmica e estrutura.

Segundo Domingues (2010) cerca de 28 mil hectares (aproximadamente 79%) do município de Rio Brilhante estão arrendadas para a Usina Passa Tempo e 31 mil hectares de terras (88%) para a Usina de Rio Brilhante. Fatos diretamente relacionados com o aumento da quantidade produzida e de área de produção da cana-de-açúcar pós territorialização no município, expressos no gráfico 1.

Gráfico 1: Área plantada e quantidade produzida de cana-de-açúcar em Rio Brilhante (MS)



Fonte: IBGE, 2020. Org. BUSCIOLI, 2020.

Através do gráfico 1, podemos analisar a forte influência na estrutura produtiva do grupo francês LDC no município de Rio Brilhante, obtendo um crescimento acentuado da área plantada pós início das atividades produtivas em 2007. Seguido de aumentos consideráveis nos anos seguintes de 2008 a 2014, com queda acentuada em 2015 e retorno do aumento em 2016 chegando ao pico de área plantada.

No ano de 2008 podemos observar que ocorre um aumento significativo da área plantada de cana-de-açúcar, fato que se justifica por meio do início da produção da unidade Rio Brilhante da LDC, sendo que neste ano o município de Rio Brilhante num comparativo com os outros do estado do Mato Grosso do Sul, obteve o maior índice de área plantada para o cultivo dessa produção correspondente a 63.958 hectares, em contrapartida dos 31 mil hectares em 2007 (gráfico 1).

Em 2010 com ascensão na quantidade produzida, com 6.783.111 toneladas de cana, o grupo coloca como plano de meta a ampliação da produção de energia por meio do bagaço na unidade Passa Tempo. Evidenciando o que podemos observar no

gráfico 1, um aumento anual dos índices de quantidade produzida no município até no ano de 2013.

Mesmo em 2013 com índice significativo de 83.326 hectares de área plantada, a produção de cana-de-açúcar correspondeu o menor registro desde o início da territorialização da LDC, com 5.205.433 toneladas. Uma das justificativas para este registrou foi a questão climática com um nível pluviométrico alto e a perca da qualidade de cana-de-açúcar moída, o que segundo o Jornal Rural Centro (2013) gerou um prejuízo de R$ 600 milhões com déficit de 3,5 milhões de toneladas da produção.

Apesar deste quadro de prejuízos, o grupo faturou neste ano cerca de R$12 bilhões com suas atividades da cana-de-açúcar, sendo a quinta maior empresa do agronegócio a ganhos de lucro no Brasil (REVISTA EXAME, 2014a).

Entre 2014 e 2015, observamos uma diminuição dos dados de área plantada da cultura em Rio Brilhante (10.099 hectares a menos), em contrapartida com um aumento nos índices de quantidade produzida em toneladas da cana-de-açúcar (655.473 toneladas a mais). Fatos diretamente relacionados com a crise interna no setor administrativo que o grupo estava passando, visto que, ocorre uma mudança e política governamental para o apoio da produção de etanol no território brasileiro, priorizando a produção de carros flex e o pré-sal, evidenciando uma diminuição no atrativo deste tipo de produção pelas empresas estrangeiras (REVISTA EXAME, 2014b).

Diante disso, a LDC se utilizou enquanto elemento estratégico, a mecanização das suas usinas com debate de diminuição dos custos, gerando de início entre as safras 2013/2014 um aumento de produtividades com investimentos que seguem até 2016, de R$ 1,3 bilhão (REVISTA EXAME, 2013).

Como reflexo desta política, em 2016 no município de rio Brilhante, obtivemos os índices mais expressivos de produção de cana com 8.503.085 toneladas, com 2017 registrando 7.551.683 toneladas evidenciando uma leve queda e novo aumento no ano seguinte com o índice de 7.854.965 toneladas de cana-de-açúcar.

Neste sentido, diante do apresentado na expressividade da produção de cana-de-açúcar e consequente área plantada no município pós territorialização da LDC em 2007, Rio Brilhante é reconhecida no cenário brasileiro com a capital da cana, conforme estudos de Domingues (2010). Mas, esta produção e discurso que se colocam como promissores apenas de desenvolvimento, criam e geram algumas conflitualidades embasadas nas resistências dos camponeses em Rio Brilhante, tendo como um dos elementos importantes o MST em seus territórios PA Margarida Alves, PA Silvio Rodrigues e PA São Judas, apresentados no mapa 1.

Mapa 1 - Assentamentos rurais originários da luta do MST em Rio Brilhante



O mais recente assentamento conquistado por meio da luta do MST é o PA Silvio Rodrigues (mapa 1) obtido em 2001 pela desapropriação da Fazenda Engenho Novo, com o assentamento de 120 famílias em 3.202 hectares. O território foi marcado por dois assassinatos de militantes do Movimento: Silvio Rodrigues e Ronildo, em que o primeiro foi homenageado pelo nome do assentamento pelo histórico de liderança.

Eles foram cruelmente espancados e mortos por capangas da fazenda que os emboscaram, pois a proposta inicial de Ronildo era de conhecer uma área com possível ocupação, mas segundo relatos dos entrevistados, ele estava articulado com os fazendeiros que queriam matar Silvio e acabou sendo morto também como "queima-de-

arquivo": "E acabaram assassinando os dois e jogaram no Rio Vacaria, que faz fundos com o assentamento aqui. E aí, essa fazenda aqui, a princípio, não tinha a mínima chance de ser assentamento, porque era uma área produtiva [...] (Celso em entrevista, 2015).

O primeiro assentamento conquistado por meio da luta do MST foi o PA São Judas (mapa 1), que contribuiu com desdobramentos para a obtenção do assentamento PA Margarida Alves., ambos por desapropriação de terras, ou seja, por meio da contestação deste território de latifúndio na figura do acampamento.

Em 1998 o PA São Judas é obtido, com 187 famílias em 4.155 hectares, sendo que os prenúncios das lutas das famílias vindas do Acampamento 8 de Março no município de Itaquiraí em 1997, da qual teve grande expressividade no cenário estadual e nacional de resistência e luta pela terra do MST.

Já o PA Margarida Alves (mapa 1), foi obtido também por meio de luta através da ocupação precedido do acampamento, em que teve várias mudanças locais devido a repressão dos polícias na época com os acampados, mas nos anos 2000 eles obtiveram a conquista do território camponês com o assentamento de 120 famílias numa área de 3.166 hectares de terras.

Cabe destacar que no referido município se encontram nove territórios camponeses com a capacidade de 810 famílias distribuídas numa área total de 17.940 hectares, sendo os três citados acima como os de luta do MST (mapa 1).

Uma das principais formas de resistências do MST contra a territorialização da LDC nos assentamentos rurais de Rio Brilhante é a disputa paradigmática entre o processo de cultivo da cana-de-açúcar dentro destes territórios e fora deles. Em que, atualmente, os territórios camponenses se encontram territorializados na fronteira com as terras arrendadas do grupo.

Assim, abordaremos nas páginas que se seguem as estratégias utilizadas pelo grupo francês para a possível territorialização e as resistências realizadas pelo MST, para que esse processo não ocorresse nos assentamentos PA Margarida Alves, PA Silvio Rodrigues e PA São Judas (mapa 1).

Segundo o militante, funcionário público e assentado Celso, no período de produção da cana-de-açúcar das unidades da LDC em 2008, eles foram procurados diversas vezes pelo grupo francês para que permitissem a entrada da cana nos assentamentos, sendo que a estratégia paradigmática foi a consolidação de reuniões para a desconstrução das ideias expostas nas reuniões que o grupo fazia dentro dos assentamentos: "E aí nós, nesse período, a gente recebeu, foram feitas muitas reuniões nos assentamentos, para tentar implementar o processo de plantio da cana nos assentamentos" (Celso em entrevista, 2015).

Era claro para o MST que não haveria esse tipo de produção nos assentamentos por meio da LDC, pois a lógica de produção camponesa é distinta em relação a lógica capitalistas, pois segundo o entrevistado Celso a terra foi feita para a produção de alimentos e não de commodities. Correlacionamos com Fernandes (2012, p. 12) que nos diz: "enquanto que para o campesinato a terra é lugar de produção, de moradia e de construção de sua cultura, para o agronegócio a terra é somente um lugar de produção de mercadorias do negócio".

Assim, o papel do MST frente à cana-de-açúcar nos assentamentos é de oposição:

> O MST sempre fez um papel de não mudar a lógica, os princípios do objetivo que foi da reforma agrária. A reforma agrária foi feita para produzir alimentos. Ela foi feita não, ela foi conquistada para produzir alimentos e nessa produção de alimentos, ela tem perdido espaço. Então o movimento tem sempre feito um trabalho de convencimento, um trabalho de formação, junto as famílias, para que elas não abandonassem a finalidade da reforma agrária, dos assentamentos, da agricultura familiar. Mas infelizmente, né, a nossa força diante daquilo que o agronegócio trabalha, a nossa força ainda não tem surtido o efeito que nós gostaríamos que tivesse. Estamos perdendo campo. Estamos perdendo espaço. Apesar de nossos assentamentos, ainda a pesar de muitas famílias estarem indo para o arrendamento, mas os que restam ainda conseguem, né, conseguem trabalhar a produção de subsistência, conseguem a produção de comercialização, conseguem se viabilizar economicamente nos assentamentos. E é uma tarefa difícil. É uma tarefa que cotidianamente a gente tem que batalhar, mas é difícil, não é fácil não[...] (Celso em entrevista, 2015).

Esta produção de subsistência onde o camponês vende o excedente dessa produção em feiras e nos mercados institucionais, acaba resultando numa economia camponesa que vem ao encontro com a economia capitalista. Fernandes (2012, p. 748) já apontava que "a produção do território do capital acontece através das relações capitalistas destroem [...] as relações de trabalho familiar, relações que sustentam a maior parte dos territórios camponeses".

O MST compreende que todos os impactos da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos são negativos e, atuou prioritariamente nos seus assentamentos, por meio de reuniões, para mostrar os malefícios que este tipo de produção causa. Cabe ressaltar que, outros movimentos socioterritoriais como Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul e Central Única dos Trabalhadores também atuaram no sentido de impedir esse tipo de produção, em que a preocupação geral era os problemas que o grupo LDC traria para esses territórios nas questões econômicas, culturais e de trabalho.

Estes movimentos socioterritoriais reuniram-se nas sedes dos assentamentos ou nas casas dos presidentes das associações/grupos: "[...] nós chegamos a fazer reuniões com as várias coordenações dos assentamentos, na cidade de Rio Brilhante, né, para discutir a preocupação" (Celso em entrevista, 2015).

O papel do MST no confronto direto com a LDC em Rio Brilhante consolida-se por meio de um processo, em que as disputas paradigmáticas entre os ideais do grupo e do Movimento se confrontavam. Com isso, o caráter paradigmático se estabelece representando as diferentes "as visões de mundo, que contém interesses, que contém interesses e ideologias, desejos e determinações que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais" (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 47).

Celso evidencia tal análise na afirmativa:

> Várias reuniões com as famílias, né, trazendo, deixando claro as consequências que a cana traz, né, as consequências ruins que a cana

> traz para a agricultura familiar, entendeu? Até por que nós estaríamos beneficiando, né, outras empresas que não tem nada a ver com os nossos interesses produtivos, nossos interesses políticos, nossos interesses, até da organização, enfim[...] (Celso em entrevista, 2015).

O que estava em disputa eram os diferentes modelos de desenvolvimento do agronegócio e do campesinato que divergem na sua essência: No primeiro modelo temos a produção em grande escala de monoculturas, onde as relações capitalistas de produção são predominantes, em que o camponês surge como uma alternativa de produção de mercadorias. O segundo modelo compõe o trabalho familiar, cooperado e coletivo, com diversidades de culturas alimentícias e produzidas numa escala bem menor que o primeiro modelo (FERNANDES; WELCH, 2008).

Assim, a disputa paradigmática se estabelece por meio da visão que ambos têm de desenvolvimento para o campo, pois para o PCA o campesinato deve se integrar ao capital sem resistência, com receio disso a LDC entrou nos assentamentos para realizar as primeiras discussões sem aviso prévio, procurando as associações, sem conversar com os militantes do MST que já tinham um conhecimento das questões da cana:

> [...] eles consultavam primeiramente as associações, as suas lideranças. Aquelas lideranças que não tinham clareza disso, achavam a proposta interessante economicamente, se iludiam e acabavam aceitando em fazer as discussões internas. Aonde os dirigentes das associações entendiam que era um problema, eles nem, aí eles usavam outras pessoas, iam visitar as famílias, criavam grupos de discussão, né. Tentavam identificar aquelas famílias que estavam com dificuldade de renda[...] Iam conversar com essas famílias, no sentido de mobilizar, para poder trabalhar[...] (Celso em entrevista, 2015).

Como estratégia, o grupo partiu da identificação dos problemas das famílias assentadas - as mais fragilizadas dentro do lote para tentar ganhar, a partir do seu discurso, o seu apoio para territorializar-se gerando um conflito interno dentro dos assentamentos. Representantes das usinas - os técnicos de produção, adentravam nos assentamentos com propostas de empregos desvinculados com a terra como operação de máquina e/ou serviços gerais e pela geração de renda por meio do arrendamento, pois o grupo necessitava da terra em extensão, conforme relatos dos entrevistados.

Oliveira (1990) aponta que a ideologia do capitalista é mostrar que o trabalhador depende do capital para sobreviver. Assim, no caso do campo a terra é o principal meio de produção, desta forma o trabalho assalariado é importante para o capitalista, pois ele arrenda a terra e é dono de todos os meios de produção (maquinário, ferramentas, insumos etc.), ainda contrata um trabalhador livre dos meios até da terra, que por sua vez, vende a sua força de trabalho para sobreviver.

Neste sentido, as propostas dos representantes da LDC, pelo arrendamento de lotes seguidos eram:

> Inclusive eles vinham com a proposta de que as famílias iriam receber pelo arrendamento, um valor por mês, tinha várias alternativas. Tinha uma taxa, um valor por mês ou um valor anual, estabelecido dentro do contrato e eles, inclusive, contratariam os próprios membros da família para trabalhar para a usina [...] Economicamente, a princípio, era ótima a ideia. Você iria receber um valor, de mais ou menos, mil reais por mês, do arrendamento do lote e mais um salário[...] (Celso em entrevista, 2015).

Celso afirmou que para receber os 1.000 reais proposto pelo grupo, a produtividade nos lotes deveria ser de 100 toneladas por hectares. Mas, a região com seu tipo de solo só produz em média 60-70 toneladas, ou seja, o endividamento era certeiro. Pois, não teriam outra alternativa de renda, devido a cana exigir grandes extensões.

Segundo o assentado do PA Silvio Rodrigues, André: "Naquela época nós fizemos as contas, não ia dar 4.000 ou 5.000 por essas 10 hectares por ano. O cara ia comer e cada dia ele ia ficar mais pobre por que ele não tinha como trabalhar, ia ficar com uma mixaria de terra" (André em entrevista, 2015).

A estas palavras podemos relacionar com os estudos de Thomaz Junior (2007), que nos mostra os principais impactos da produção de cana-de-açúcar e a ilusão do camponês inicialmente com essa produção:

> O que se anuncia, com a ampliação dos assentamentos no cultivo da cana-de-açúcar, é a quebra da unidade da família camponesa, agora estimulada a fazer parte de um grande negócio, alardeado como bem-sucedido, que, para a maioria dos entrantes, já expressa os principais

> aspectos negativos, tais como: endividamento, desagregação da família trabalhadora e frustração (THOMAZ JUNIOR, 2007, p. 7).

No processo de produção de dentro dos assentamentos, os camponeses reforçam o processo capitalista de relações em seu território ou no próprio território capitalista, criando assim, algumas contradições principalmente ao defenderem sua "participação no processo produtivo da matéria-prima, como alternativa e sobrevivência e, em algum nível de comprometimento, também garantem a si e aos membros da família inserções nas frentes de corte ou na planta fabril" (THOMAZ JUNIOR, 2007, p. 37).

Fatos relacionados às palavras de Thomaz Junior (2007) foram observadas em algumas entrevistas, em que além do arrendamento os camponeses trabalhavam nas usinas principalmente no corte da cana-de-açúcar. Segundo Celso, as empresas não estabeleciam contrato de trabalho podendo ser demitidas a qualquer momento, ficando com apenas o arrendamento do corte, pois os assentados não tinham cursos que qualificassem eles para o maquinário.

Então, serviriam para a plantação que atualmente é mecanizada, ou seja, a não tinha nenhum compromisso firmado judicialmente que os assentados que viessem na figura de trabalhadores assalariados nas unidades da LDC, fossem empregados até o fim do período do arrendamento ou sua renovação, conforme relato:

> Quando a Louis Dreyfus tentou entrar aqui, foi uma proposta meio assim, até difícil pra gente falar não, porque eles fizeram muitas propostas de trabalho, de você plantar e trabalhar pra eles em cima daqueles produtos deles né. Se eles plantassem a cana aí você ia cuidar da cana, então as pessoas viu um meio de trabaio ai. Só que na verdade depois muda tudo né, ai começa a vim os maquinários, ai o cara vê uma coisa na hora, mas é totalmente diferente. Ela só é aquela proposta na hora de plantar aquilo ali, depois que cabou prantio é só colhedeira, trator e cabou né (Leandro em entrevista, 2016).

As relações entre a LDC e os assentados eram estritamente capitalistas, que segundo Oliveira (1990) são relações sociais com trocas desiguais entre capital e trabalho, e contraditoriamente produto delas mesmas. Segundo Leandro: "Ai depois pra adoçar o pessoal contrataram um pouco pra trabalhar lá na usina daqui [Unidade Passa Tempo],

fio um pessoal que trabalhou lá acho que um ano mais ou menos" (Leandro em entrevista, 2016).

Segundo Fernandes (2012), na condição de subalternidade do campesinato ao capital, o mesmo entrega sua riqueza produzida pelo trabalho, vivendo em situação de miséria, que é gerada todos os dias pelas relações capitalistas que também se apropria de seu território camponês. Essa forma de apropriação, pode ocorrer por meio da compra ilegal de seu território se tratando de um assentamento rural e/ou por meio de arrendamentos, ocasionando em diversas vezes o endividamento desse camponês.

André foi um dos assentados que fez frente a essa produção, pensando no futuro do assentamento com a degradação a terra realizada pelo cultivo da cana:

> No começo era aquele papo furado, que ia dar futuro, aí todo mundo foi caindo na real logo e vendo que não era o que a gente, aquilo que, por exemplo eu organizei no meu setor lá conversando com o pessoal, "daqui a cinco anos essas terra vai está mais ruim do ela está hoje, por que ele vai te entregar uma solteira de cana lá e a cana chupa a terra, uma coisa medonha" [...] E você não tem dinheiro nenhum e passou os cinco anos e você ficou parado, simplesmente só comeu[...] (André em entrevista, 2015).

A LDC mostrava seus objetivos de plantações e propostas economicamente tentadoras para os assentados, discursando sobre a rentabilidade da produção de cana-de-açúcar, da possibilidade do trabalho para a usina e da compensação material que causaria nos lotes. Mas, sua territorialização só seria concretizada se ocupasse vários lotes seguidos:

> Tipo assim. Um dos critérios que eles tinham. Olha, nós não podemos vir aqui, fazer o plantio só com o seu lote[...] Nós precisamos que vocês se organizam, só depende de vocês tomar uma decisão. Se junta, cinco famílias, 10 famílias, oito famílias[...] Vocês se juntam, vamos fazer um quadro só, fica bom pra todo mundo[...] Inclusive, e a cerca, como é que fica? Não, nós tiramos a cerca e depois, quando nóis devolver pra vocês, nós repusemos a cerca, nós deixamos o sítio de vocês bonitinho, corrigido e tal[...] No fim do arrendamento[...] Mas a gente sabe que não é exatamente isso[...] (Celso em entrevista, 2015).

Depois das ações do MST com suas reuniões mostrando e desmistificando as propostas da LDC para os assentamentos originários de suas lutas, o Movimento foi ganhando força contra a territorialização da cana-de-açúcar nos assentamentos dos municípios. E ao tomar ciência da situação, os representantes da LDC mudaram de estratégia, passaram a convencer as lideranças do Movimento nos assentamentos a produzir a cana.

Allan assentado do PA Silvio Rodrigues confirma as várias tentativas da empresa, insistindo com as lideranças, para o convencimento por meio da viabilidade econômica agregando, além do valor do arrendamento, os salários que supostamente os membros das famílias receberiam caso trabalhassem e arrendassem seus lotes.

Quando questionado sobre o arrendamento da cana, Allan nos disse: "Eu não arrendo para cana porque só vejo falar que acaba [se refere ao solo]. Porque eu iria querer acabar com a terra. Eu peguei a terra para sobrevivermos dela. Não para eu diminuir. Eu quero aumentar" (Allan entrevista, 2015).

Segundo André, ele chegou a receber a proposta da LDC, mas negou devido aos vários problemas que a produção causaria, em que o assentamento se tornaria um verdadeiro canavial, onde os camponeses seriam obrigados a morar, convivendo com as queimadas e venenos colocados nas lavouras. Em suas palavras:

> Teve essa proposta, eu bati contra e fui arrumando uma turma lá pra votar que era pra não deixar de jeito nenhum [...] Por que no começo eles queriam arrendar 10 hectares de cada lote, agora às parcelas lá são de 15 a 20 hectares. Você ia ficar no meio de um troço lá de veneno e fogo com 5 hectares você ia fazer o quê? O arrendamento era por cinco anos, iam te pagar mensal quando terminasse os cinco anos, tinha 'comido aquilo dali', não ia pra lugar nenhum e não tinha nada, estava pior do que estava dentro do, então em bati contra por causa disso aí. (André em entrevista, 2015).

O MST neste processo de resistências ás ideias trazidas pela LDC, contrapunha todas as falas em suas diversas dimensões econômica/ambiental/social, alertando os camponeses por meio de questionamentos:

> Tipo assim, é uma das coisas que nós questionávamos: Qual é a produtividade média de vocês? Ah, nós não temos certeza qual é a produção. Ah, qual que vai ser o, tipo assim, a família quer para com o contrato ano que vem, não é inviável? Não.Tem que respeitar cinco anos. Como vocês vão entregar a qualidade do solo no final? Como é que vai ser o emprego dessa família? Qual a garantia de estar empregado? Um monte de coisa. Então, sempre deixava em aberto uma possibilidade de não dar certo (Celso em entrevista, 2015).

Segundo relato do entrevistado, existiam famílias que eram ludibriadas pela produção de cana-de-açúcar em seus lotes, sendo contrárias as ideias propostas pelo MST de questionamento das informações passadas pelos representantes das usinas. Assim, a disputa paradigmática entre o Movimento e a LDC, ocorre por este confronto, pelas disputas dos territórios materiais e imateriais internos e externos aos assentamentos.

Fernandes (2008) coloca que o território imaterial – mundo das ideias - é anterior ao território material, este formado pelas relações de poder. Então a dificuldade da LDC em entrar primeiramente nos territórios imateriais das lideranças era marcante, visto que eles já vinham de um processo histórico de luta e ligação com a terra, percebendo somente os aspectos danosos do agronegócio em suas vidas.

Todos os entrevistados tiveram em história de vida ligada com a terra e mesmo quando sua existência só era possível na cidade, à vontade de regressar ao campo era grande. Assim, são as relações camponesas que vão definir a identidade do campesinato independente do território material na qual esteja vivendo: “a resistência camponesa é responsável por sua (re)criação no enfrentamento permanente com o capitalismo” (FERNANDES, 2012, p. 747).

As resistências do MST frente à cana-de-açúcar, proporcionaram a não territorialização desta produção nos assentamentos em Rio Brilhante, pois como vimos para a sua produção eram necessárias o arrendamento de vários lotes seguidos devido à utilização das máquinas para a colheita serem de porte grande, se comparado aos tamanhos dos lotes. Além de ter a disputa ideológica com o convencimento de várias famílias para produzirem, deixando parte de seu lote para a territorialização do capital estrangeiro, ficaram evidentes:

> Como aqui a nossa área é tudo na faixa de 15 hectares, por família e, em parte, as famílias tem o seu pomar, o seu espaço, então não passaria, em média, de 10, 12 hectares por família para fornecer para o plantio da cana. Então para ter uma área mínima, para essas máquinas trabalharem mecanicamente, de forma mecanizada, é 50, 60, 80, 100 hectares, de forma agrupada [...] Aí você teria que convencer várias famílias para fazer um quadro único e isso eles não conseguem fazer, por que, felizmente tem aquelas que querem, mas tem aquelas que não querem produzir cana. Então acaba sendo muito intercalado, esse quadro do plantio de cana. Então isso acabou desestimulando eles de trabalhar como uma das prioridades as áreas de assentamento (Celso em entrevista, 2015).

A militante Vanessa também confirma tais fatos, ao ser questionada sobre um dos motivos para a cana não territorializar no PA São Judas: "Acredito que por ser pouco terra, os lotes são pequenos para o plantio de cana". Pois, quando a cana-de-açúcar entra nos territórios camponeses, as infraestruturas do lote têm que ser tiradas ou diminuídas, substituindo em alguns casos as relações não capitalistas pelas capitalistas.

Marcos faz alguns apontamentos nesta direção sobre a territorialização da cana-de-açúcar e as "benfeitorias" do lote, bem como as questões ambientais:

> A questão da gleba eles não interessam [...] por ser gleba eles não tem condição. Só se chegar numa gleba igual essa aqui. Dai você vai ter que fazer uma vila lá, uma cidade, tira o povo, pagar bem, tipo um bananal daquele dali, uma cana pra trolar eles não aceitam, uma árvore eles tiram. [...] A máquina tá indo aqui, o trator ta indo aqui, tem uma árvore, uma moita comprica, agora uma greba se for pra eles aluga, de poste de caixa d'água, de posso artesiano eles não querem nem saber (Marcos em entrevista, 2015).

Quando questionado sobre a possibilidade de nos dias atuais a cana-de-açúcar adentrar aos assentamentos, Celso nos informa que é uma possibilidade existente, devido a perca da produtividade nas áreas de arrendamento das fazendas entorno do assentamento com esta produção:

> Não está descartado. Por que não está descartado. Não está descartado por que se a demanda das usinas, aumentar ainda a área plantada e as lavouras de soja e milho se manter nessa estabilidade que está colocada

> aí, em uma perspectiva de se manter, o espaço das cana pode reduzir. Se reduzir, a possibilidade de migrar para outras áreas pequenas, inclusive assentamentos, não está descartada (Celso em entrevista, 2015).

Mesmo diante de tais fatos, concluímos que as reuniões e os debates realizados com os camponeses, partindo da perspectiva paradigmática, surtiram efeitos positivos, pois foi proibido a territorialização da produção do grupo nos assentamentos sendo destinada apenas nas fazendas do município que rodeiam estes territórios.

Vale destacar, que em nenhum momento nos textos lidos produzidos pelo grupo LDC, foi citado os conflitos com as comunidades locais (tantos os conflitos imateriais – ideias – e os materiais – territoriais), as transformações nestas comunidades ou em outras áreas onde a territorialização. Somente foi mostrado de forma sucinta à integração e compromisso com as mesmas evidenciando um "diálogo" a partir do neoliberalismo para representar um acordo igual e não desigual entre o capital e o trabalho, como podemos observar no trecho a seguir: "promovemos o desenvolvimento econômico e a melhoria na qualidade de vida nas comunidades onde atuamos, e apoiamos ações nesse sentido" (LDC, 2010, p. 8).

Na narrativa da empresa, fica evidente o caráter paradigmático estabelecido em contraposição ao modo de vida nos territórios camponeses aqui abordado, visto que, a questão do desenvolvimento econômico sob o viés do capitalismo no campo se coloca a partir deste processo de estrangeirização e as ações dos movimentos socioterritoriais e no caso deste trabalho do MST, são vistas como um atrasado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da compreensão que existem diversas formas de análise do campo brasileiro de acordo com as visões dos autores e sujeitos. No caso desta pesquisa consideramos duas formas paradigmáticas, compreendidas como PQA e PCA e dentro delas distintas formas de compreender o conceito/processo de estrangeirização de terras.

Conceito que vem sendo trabalho por alguns autores como um processo favorável (benéfico) e outro como algo destruidor (impactos maiores que os ganhos econômicos) para os povos que são impactados e para os governos no que tange a soberania territorial e alimentar.

Neste sentido, a estrangeirização de terras também pode ser entendida ou incorporada em seu debate, às lutas políticas por meio da territorialização, desterritorialização e reterritorialização - que contém/produzem relações de poder dentro dos territórios para os seus controles, bem como a discussão a partir da integração do campesinato e indígenas neste processo - com relações de subordinação principalmente por meio do trabalho.

Essas diferentes perspectivas remetem as visões de mundo, relacionadas ao processo de estrangeirização de terras que tem por trás do seu discurso de melhoria na qualidade de vida da população com o aumento de emprego e de produção de alimentos um fator determinante para a quebra da unidade camponesa pela aquisição destes territórios por empresas estrangeiras.

Estas diferentes formas de aquisição de terras se referem à compra e/ou o arrendamento, ou seja, ao controle do território, dos países estrangeiros para a produção de agrocombustíveis, commodities e alimentos. Ou seja, este processo ocorre em escala global e impacta significativamente na escala local, principalmente em comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, campesinas etc.) promovendo sua desterritorialização e consequentemente gerando os conflitos que podem ser diretos na área que está territorializado ou que ocorrerá a territorialização.

Como exemplo analítico deste processo, este artigo procurou apresentar as resistências do Movimento dos Trabalhadores Rurais frente a territorialização do grupo francês Louis Dreyfus Commodities em seus territórios. Essas resistências foram classificadas como paradigmáticas, pois compunham disputas de ideias – conflitualidades, entre a produção de cana-de-açúcar nos territórios camponeses e seus modos de vida.

No caso dos assentamentos originários de luta do MST estudados: PA São Judas, PA Silvio Rodrigues e PA Margarida Alves, o Movimento se organizou na forma de reuniões de caráter de assembleia para debater o tema com os demais assentados e em alguns casos com a presença dos representantes da LDC que por estratégia não abordavam primeiramente as lideranças do Movimento no assentamento, mas camponeses em situação de vulnerabilidade.

AGRADECIMENTOS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

AREZKI, Rabah; DEININGER, Klaus; SELOD, Harris. La fiebre mundial por la tierra. Finanzas & Desarrollo, v.49, n. 1. 2012.

BIOSERV. 2015. Disponível em: < http://www.biosev.com>. Acesso em: 28 jun. 2020.

BORRAS JUNIOR, Saturnino M; FRANCO, Jennifer C. La política del acaparamiento mundial de tierras: Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia. 2010, p. 44. Disponível em: < http://www.acciontierra.org>. Acesso em: 16 jan. 2020.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu. 443 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2016.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. Leituras dos Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária: Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo. 2012. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Paradigmas em disputa na educação do campo. 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

CENTENARO, Moisés. Internacionalização de usinas sucroenergéticas - um estudo de caso. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 4 a 7 de setembro de 2011.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, 1998. V. 9, p. 143-159.

COTULA, Lorenzo. Food versus fuel: an informed introduction to biofuels Agrofuels: big profits, ruined lives and ecological destruction. The Journal of Peasant Studies, 40:1, 2013, p. 297-300.

DEININGER, Klaus. Challenges posed by the new wave of farmland investment. Journal of Peasant Studies, 2011, 217-247 p.

FELICIO, Munir Jorge. Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. 215 f. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.) Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, 2012. p. 744.

_____; WELCH, Cliff Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T; FABRIANI, J. E. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. P. 273-301.

_____. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. Caderno Conflitos no Campo Brasil 2010. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

_____. WELCH, Cliford Andrew. GONÇALVES, Elienai Constantino. Os usos da terra no Brasil: Debates sobre políticas fundiárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

FLECK, Ludwik. Gênese e desenvolvimento de um fato científico. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

HLPE -High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Land tenure and international investments in agriculture. HLPE of the Committee on World Food Security, Rome, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.

JORNAL GERENTE DA CIDADE. Gigante da bioenergia inaugura usina de açúcar e etanol no Mato Grosso Do Sul. Nº 47, julho – agosto- setembro 2008. Disponível em: <http://www.ramalhete.com.br/clipping/gc47_0908.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

JORNAL RURAL CENTRO. Clima "congela" crescimento da moagem de cana em MS. Rural Centro, 30 set. 2013, Agricultura. Disponível em: <http://ruralcentro.uol.com.br >. Acesso em: 23 jun. 2020.

KUHN, Thomas Samuel. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LDC – Louis Dreyfus Commodities. Código de Conduta, 2010. Disponível em: <http://www.ldcommodities.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2020.

McMICHAEL, Philip. Land Grabbing as Security Mercantilism in International Relations. Globalizations, Vol. 10, No. 1, 2013, p. 47-64.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEDON, Nelson Rodrigo. Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.

REVISTA EXAME. Louis Dreyfus prevê elevar moagem de cana em 12% em 2013/14. Revista Exame, 12 jun. 2013. Disponível em: < http://exame.abril.com.br>. Acesso em: 23 jun. 2020.

_____.Cana deixa de atrair capital estrangeiro. Revista Exame, 15 dez. 2014a. Negócios. Disponível em: < http://exame.abril.com.br>. Acesso em: 23 jun. 2020.

_____. Cade aprova compra da Kowalski pela Louis Dreyfus. Revista Exame, 6 fev. 2014b. Disponível em: < http://exame.abril.com.br>. Acesso em: 23 jun. 2020.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho. Reforma Agrária em questão: a propriedade privada como fator de desterritorialização camponesa no Assentamento Fazenda Primavera (Andradina-SP). 2014. 223 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SASSEN, Saskia. Land Grabs Today: Feeding the Disassembling of National Territory. Revista Globalizations, 10:1, 2013, p. 25-46.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das terras devolutas/improdutivas e neutralização dos Movimentos Sociais. 2007. Disponível em: < http://www4.fct.unesp.br>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Recebido em março de 2020.

Revisado em junho de 2020.

Aceito para publicação em novembro de 2020.